

# MOÇAMBIQUE

## REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado:	<b>Armando Guebuza</b>
Chefe de governo:	<b>Aires Bonifacio Baptista Ali</b>
Pena de morte:	<b>abolicionista para todos os crimes</b>
População:	<b>23,9 milhões</b>
Expectativa de vida:	<b>50,2 anos</b>
Mortalidade de crianças até 5 anos:	<b>141,9 por mil</b>
Taxa de alfabetização:	<b>55,1 por cento</b>

**Agentes encarregues da aplicação da lei cometeram violações de direitos humanos contra imigrantes e requerentes de asilo. Um polícia foi condenado por um homicídio ocorrido em 2007; porém, a família da vítima não recebeu qualquer compensação. Registraram-se vários casos de uso ilegal da força por parte da polícia, alguns resultando em morte. Continuaram as denúncias de tortura e outros maus-tratos nas prisões.**

### **Antecedentes**

Em fevereiro, a situação dos direitos humanos em Moçambique foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU e, em junho, o relatório final do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi adotado. Moçambique aceitou 131 recomendações feitas durante a RPU, afirmando que muitas delas ou já tinham sido ou estavam em vias de implementação. Essas recomendações incluíam a investigação de todos os casos de detenções arbitrárias, de tortura, de outros maus-tratos e de uso de força excessiva pela polícia, bem como levar os perpetradores à Justiça.

Em março, o ex-ministro do Interior, Almerino Manhenje, foi sentenciado a dois anos de prisão, pelo Tribunal da Cidade de Maputo, por "violação da legalidade orçamental e pagamentos indevidos" e "abuso de poder". As acusações referiam-se a decisões orçamentais ilegais e à má gestão dos gastos públicos no período em que ele comandou o Ministério, em 2004. O ex-diretor e o ex-vice-diretor do departamento financeiro do Ministério também foram sentenciados, no mesmo caso, a penas de dois anos de prisão.

Em abril, os seguranças do principal partido de oposição do país, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) atiraram contra polícias num aeroporto de Sofala, que estava a ser renovado a fim de receber o Presidente Guebuza. Eles exigiam que todos os trabalhos fossem interrompidos até que o partido governamental, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), concordasse em manter conversações com a RENAMO. Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO, ameaçou criar uma situação de instabilidade com o objetivo de derrubar a FRELIMO.

Em setembro, foram selecionados 25 juízes para os Tribunais Superiores de Recurso, criados para desafogar o Supremo Tribunal, que, até então, era o único tribunal de apelações do país. Até o fim do ano, os sistemas necessários ao funcionamento dos novos tribunais ainda não tinham sido implementados.

Dezenas de pessoas, a maioria idosas, foram mortas depois de serem acusadas de bruxaria. A maior incidência desse tipo de homicídio foi registrada na província sulista de Inhambane, onde pelo menos 20 idosos foram assassinados entre agosto e setembro.

### **Migrantes, refugiados e requerentes de asilo**

Agentes policiais e de fronteiras cometeram violações de direitos humanos contra requerentes de asilo e imigrantes sem documentação. Milhares, sobretudo da Somália e da Etiópia, entraram em Moçambique através da Tanzânia entre os meses de janeiro e julho. Muitos deles relataram que agentes de fronteira e polícias agrediram-nos fisicamente e roubaram seus pertences, deixando-os nus e abandonando-os nas ilhas do rio Rovuma. Outros contaram que as embarcações em que chegaram foram afundadas pela polícia marinha.

■ Um requerente de asilo do Corno de África chegou de barco a Mocímboa da Praia, província de Cabo Delgado, com cerca de outras 300 pessoas. Quando os agentes policiais tentaram forçar o barco de volta mar adentro, acabaram por virá-lo, causando a morte, por afogamento, de pelo menos 15 pessoas. O requerente de asilo foi resgatado, sendo posteriormente deportado para a Tanzânia. No entanto, conseguiu reentrar no país utilizando uma rota diferente. Foi capturado e espancado por agentes da polícia antes de, finalmente, conseguir chegar ao campo de refugiados de Maratane, em Nampula, depois de caminhar aproximadamente 695 km desde a fronteira.

■ No dia 29 de abril, surgiram denúncias de que pelo menos quatro requerentes de asilo somalis foram mortos por agentes da polícia moçambicanos quando tentavam entrar em Moçambique através da Tanzânia. Os seus corpos foram atirados ao rio Rovuma. Apesar dos pedidos do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, nenhuma investigação parece ter sido conduzida.

### **Uso excessivo da força e homicídios**

Assim como em anos anteriores, a polícia empregou força excessiva e, algumas vezes, usou armas de fogo contra pessoas suspeitas de terem cometido crimes. Muitas circunstâncias resultaram em lesões corporais graves ou morte. Um polícia foi condenado pelo homicídio de um homem, cometido em novembro de 2007. Entretanto, a maioria dos casos de violações dos direitos humanos cometidos no passado pela polícia ainda não foi solucionada. Entre esses, o uso de força excessiva durante as manifestações de 2009 e 2010, quando a polícia usou munições reais.

■ Na noite de 14 de janeiro, Angelo Juiz Nhancuana estava bebendo, na cidade de Maputo, quando seu tio chegou, com dois polícias, exigindo que ele fosse preso por ter roubado um computador. Angelo concordou em acompanhar os polícias; porém, recusou-se a ser algemado. Um dos polícias agrediu-o na cabeça com a coronha da sua pistola e, quando Angelo caiu, disparou um tiro que lhe perfurou o braço. Ele teve que ficar um mês hospitalizado, tendo sido informado que a polícia não teria de prestar contas do ocorrido, uma vez que a arma havia disparado acidentalmente. Por intervenção de seu advogado, o caso acabou sendo reaberto.

■ Na madrugada de 5 de março, a polícia matou a tiro Hortêncio Nia Ossufo em sua casa em Muatala, Nampula. A polícia alegou ter tentado imobilizar Hortêncio porque ele

tentara escapar; porém, essa versão foi contestada por uma testemunha, que afirmou que ele fora morto intencionalmente por ter sido erroneamente identificado.

■ Em 22 de março, um polícia foi sentenciado pelo Tribunal Provincial de Inhambane a uma pena de quatro anos de prisão pelo homicídio de Julião Naftal Macule, ocorrido em novembro de 2007. Nenhum dos outros nove polícias que participaram na operação foi acusado.

### **Tortura e outros maus-tratos**

Houve constantes denúncias de tortura e outros maus-tratos de prisioneiros, inclusive após tentativas de fuga.

■ No dia 24 de setembro, dois presos morreram devido aos ferimentos sofridos no centro de detenção Quinta do Girassol, na província de Zambezia, após terem sido espancados com paus, pedras e tijolos por um guarda prisional. Aparentemente, os presos tinham sido capturados após uma tentativa de fuga.

### **Sistema de justiça**

Para a maioria dos cidadãos, o acesso à Justiça, devido aos seus custos e outros obstáculos, continuou a ser um desafio. Apesar de uma lei que isenta as pessoas pobres do pagamento das custas judiciais, muitos juízes continuaram a insistir no pagamento dessas taxas mesmo para pessoas que apresentem atestado de pobreza.

### **Visitas/relatórios da AI**

✉ Representantes da Amnistia Internacional visitaram Moçambique de 26 de setembro a 1 de novembro.

📄 Mozambique: Amnesty International urges investigation into cases of extrajudicial executions, arbitrary detention, torture and ill-treatment and excessive use of force (AFR 41/002/2011)